

Novos caminhos?

Ou o aprofundamento da agenda neoliberal na educação profissional e tecnológica

Rodrigo da Costa Lima¹

João Henrique Zanelatto²

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar o Programa Novos Caminhos criado em 2019 no governo Bolsonaro enquanto política pública voltada para a educação profissional e tecnológica. A pesquisa procura situar a criação do programa na conjuntura de crise estrutural do capitalismo brasileiro, compreendendo-o em suas relações com a crise de acumulação, as reformas que ocorreram após o Golpe de 2016 e com a agenda do bloco no poder para a educação. A metodologia de pesquisa parte da revisão bibliográfica e da análise documental de leis e produções governamentais sobre a educação profissional e tecnológica. Os resultados apontam que o Programa Novos Caminhos aprofunda as políticas neoliberais, associando-se a agenda conservadora. O Programa retoma princípios da Teoria do Capital Humano, numa lógica de formação profissional e tecnológica subsumida ao mercado.

Palavras-chave: Programa Novos Caminhos. Neoliberalismo. Educação profissional e tecnológica.

Abstract: The article aims to analyze the Novos Caminhos Program created in 2019 in the Bolsonaro government as a public policy aimed at professional and technological education. The research seeks to situate the creation of the program in the context of the structural crisis of Brazilian capitalism, understanding it in its relations with the crisis of accumulation, the reforms that took place after the 2016 coup and with the agenda of the power bloc for education. The research methodology is based on the literature review and document analysis of laws and government productions on professional and technological education. The results indicate that the New Paths Program deepens neoliberal policies, associating itself with the conservative agenda. The Program takes up principles of the Theory of Human Capital, in a logic of professional and technological training subsumed to the market.

Keywords: New Paths Program. Neoliberalism. Professional and technological education.

Introdução

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 representou a culminação de um amplo movimento conservador que se fortaleceu no país durante a década de 2010. A ascensão de diferentes setores da direita brasileira ocorreu em torno de pautas como a guerra cultural, a perseguição à esquerda e ao comunismo, o combate à violência nos centros urbanos e nas áreas rurais a partir do incremento do punitivismo penal e do armamento da população civil, da defesa da família numa perspectiva cristã-conservadora e de um discurso antissistema e antipetista articulado pela extrema-direita.

¹Doutorando em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: rodrigo.coslim@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9687-9600. Bolsista Uniedu/SC.

² Docente permanente e coordenador do Programa em Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade do Extremo-Sul Catarinense.

Ao conservadorismo associou-se à agenda de reformas e pautas neoliberais na economia, conduzido pelo bloco no poder³ reconfigurado após o golpe jurídico-parlamentar e midiático que destituiu Dilma Rousseff (PT) da Presidência da República em maio de 2016. A ruptura com as políticas de conciliação de classes estabelecidas durante o ciclo petista no governo federal, permitiu a implementação de uma agenda assentada em torno das diretrizes do programa “Ponte para o Futuro”, elaborada pela Fundação Ulysses Guimarães e conduzida pelo governo de Michel Temer (MDB).

A combinação das crises política, institucional e econômica confluíram para uma crise estrutural do capitalismo brasileiro, que remonta o ano de 2015. Os problemas de acumulação capitalista no país, a partir da combinação da intensificação da luta entre capital e trabalho, dos entraves no processo de produção e circulação das mercadorias e dos efeitos internacionais na economia brasileira, intensificaram-se dada a incapacidade do Estado em buscar soluções para um novo momento de estabilidade econômica. (PINTO *et al.*, 2019)

Como efeito colateral da tragédia brasileira (PINTO *et al.*, 2019) setores dominantes apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro, até então um parlamentar do baixo clero, sem expressão no cenário nacional, mas que se converteu no candidato das Forças Armadas. O governo foi definido por Paulo Guedes como o “encontro da ordem com o progresso” (EVELIN, 2018), expressando a unidade entre os setores conservadores que personificavam a “ordem” nas figuras de Bolsonaro e dos militares, que apostavam no fim da crise através de medidas reacionárias e autoritárias, com claras referências e glorificação ao período da ditadura empresarial-militar brasileira; com o “progresso” simbolizado por Paulo Guedes, agente do capital financeiro responsável pelo planejamento e execução de políticas neoliberais, com base em privatizações, reformas pró-mercado e retirada de direitos trabalhistas, como marcos da “modernização” da economia e da sociedade brasileira.

A composição vitoriosa teve o apoio de diferentes frações e camadas sociais da sociedade brasileira. Setores dominantes ligados ao agronegócio, ao capital financeiro, ao capital industrial, ao capital comercial, aglutinaram-se em torno da campanha de Bolsonaro, principalmente após a crise do PSDB e do MDB, partidos que a partir do caso de denúncia envolvendo Joesley Batista do Grupo JBS/Friboi em 2017, tiveram nomes de suas principais lideranças nacionais imersos em escândalos de corrupção que implicaram na perda de apoio popular. Para além do bloco no poder, os setores da classe média tradicional base de massas das manifestações golpistas de 2015/16 aglutinaram-se em torno da campanha de Bolsonaro, atraídas pelo discurso antipetista e anticorrupção, assim como

³ Utilizamos o conceito de bloco no poder desenvolvido por Nikos Poulantzas que o define como “[...] a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista. O bloco no poder refere-se à periodização da formação capitalista em estádios típicos. Recobre a configuração concreta da unidade dessas classes ou frações nos estádios caracterizados por um modo específico de articulação e por um ritmo próprio de escansão do conjunto das instâncias.” (POULANTZAS, 1984, p. 123)

algumas camadas populares seduzidas por um discurso antissistema e conservador. (PINTO *et al.*, 2019)

No arranjo conformado no governo Bolsonaro, na busca de uma saída pelo alto para a crise de acumulação capitalista, a reforma na educação apresentou-se como uma das bandeiras prioritárias e mobilizadoras da agenda liberal-conservadora. Confluindo interesses pelo aprofundamento da mercantilização da educação e com o avanço conservador nos currículos e na organização da educação pública, no que denominam como combate à doutrinação ideológica.

Por um lado, a agenda liberal na educação prioriza a mercantilização de serviços ainda controlados pelo estado, tomando-a como um amplo campo para privatizações e acesso da iniciativa privada aos recursos públicos. Por outro, a agenda conservadora, de base olavista⁴ tem na educação um campo de batalha estratégico, a partir da confrontação ao “marxismo cultural”, numa visão distorcida e equivocada do conceito de hegemonia de Antônio Gramsci, que segundo os conservadores seria responsável pelo controle da esquerda e dos comunistas nas universidades e nas escolas públicas brasileiras. No campo da educação um dos principais objetivos do governo Bolsonaro é o de eliminar tais influências na educação brasileira.

O perfil dos escolhidos para ocupar o cargo de Ministro de Educação (MEC) no atual governo atendem o papel de articular a agenda liberal-conservadora, contemplando o viés conservador de base olavista, autoritário e de fundamentalismo religioso, com as propostas de avanço do projeto de mercantilização da educação, ampliando as formas de acumulação capitalista nesta área.

O primeiro a ocupar o cargo no MEC foi Ricardo Vélez Rodriguez, um filósofo conservador de origem colombiana, e que havia trabalhado em escolas preparatórias das Forças Armadas, que durou apenas três meses no cargo. Seu substituto foi Abraham Weintraub, pupilo de Olavo de Carvalho com um perfil de administrador, que permaneceu no cargo entre abril de 2019 e junho de 2020, quando assumiu Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, que assumiu o MEC em julho de 2020 e segue no Ministério até o momento.

Ainda que tenha passado por transições no comando da pasta, há algumas linhas de continuidade nas políticas educacionais adotadas nos três primeiros anos do governo Bolsonaro. Os princípios autoritários (intervensões em reitorias de Universidades Federais e militarização e escolas públicas) e liberais (cortes de recursos públicos na área, e busca de fomento privado para manutenção das universidades e institutos) sustentam as políticas educacionais, que salve algumas diferenças entre os ministros, ambos contemplam as bases conservadoras que apoiam o governo.

⁴ Olavo de Carvalho (1947-2022) foi um astrólogo, jornalista e ensaísta brasileiro que escreveu obras e artigos a partir de teses conspiratórias e anticomunistas, fortemente influenciado pela extrema-direita estadunidense. Na década de 2010 ganhou grande expressão e repercussão entre os meios conservadores, principalmente pela utilização das redes sociais para propagação das suas ideias. É considerado o principal ideólogo do bolsonarismo.

Os principais programas educacionais que vem sendo implementados sintetizam as concepções apontadas acima, sendo eles: o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, que visa implementar 216 escolas com este viés até 2023; o Programa Future-se, que tem por objetivo dar maior autonomia financeira a universidades e institutos a partir do fomento à captação de recursos privados e do empreendedorismo, e o Projeto Novos Caminhos, direcionado para o aumento do número de vagas na educação profissional e tecnológica.

O objetivo do artigo é compreender as mudanças recentes na educação profissional e tecnológica no contexto da crise estrutural, da busca do capital por novas formas de acumulação e das transformações no mundo do trabalho. A partir da análise do Projeto Novos Caminhos, política pública organizada pelo governo Bolsonaro, que surge em conexão com as mudanças advindas da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e da Base Nacional Comum Curricular.

Sob o referencial do materialismo histórico e dialético, procura-se identificar a articulação entre o novo padrão de acumulação, o avanço do capital sobre direitos sociais até então não mercantilizados, a precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, e suas relações com as reformas educacionais, em particular no âmbito da educação profissional e tecnológica, expressa no Programa Novos Caminhos.

A pesquisa qualitativa organiza-se a partir da metodologia baseada na revisão bibliográfica, da análise documental de leis e produções governamentais sobre a educação profissional e tecnológica.

O artigo divide-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira analisa a crise estrutural do capitalismo brasileiro, os novos padrões de acumulação e as transformações no mundo do trabalho na década de 2010. A segunda seção aborda as reformas educacionais nos últimos anos no Brasil, suas aproximações com a agenda e a lógica neoliberal, as articulações com os monopólios capitalistas da educação e crescente influência da pauta conservadora. A terceira seção apreende-se sobre o Programa Novos Caminhos e os eixos estruturantes da política de educação profissional e tecnológica do governo Bolsonaro, e suas relações com as demandas do bloco no poder e das transformações no mundo do trabalho.

Crise, novo padrão de acumulação e transformações no mundo do trabalho

A crise financeira global do capital que eclodiu com a chamada “crise das hipotecas *subprime*” no coração do capitalismo mundial, em setembro de 2008, com o rápido desmoronamento dos grandes bancos de investimento de Wall Street, levaram as o sistema financeiro internacional a um rápido colapso atingindo toda a economia mundial. A bancarrota de grandes instituições de crédito como Fannie Mae e Freddie Mac fez com que o mercado global de créditos congelasse e o mercado de

ações entrasse em grave crise, com a perda do valor das ações de bancos e de fundos de pensão, que foram arrastadas pela crise originada nas dívidas hipotecárias (HARVEY, 2011).

A crise de 2008, comparável a crise capitalista de 1929, pelas similaridades da escala, por ter ocorrido após um período de liberalização financeira e originado na esfera financeira, teve impactos imediatos em todo o mundo, com consequências políticas, econômicas e sociais. No entanto a repercussão da crise de 2008 teve desdobramentos diferentes em relação ao início do século XX, devido alguns elementos tais como a existência de instituições internacionais de comércio, como a OMC; as empresas multinacionais como principais atores do capitalismo; o peso do sistema financeiro na economia mundial e a presença da China na reorganização da produção industrial em escala global (PAINCEIRA; SALUDJAN, 2021)⁵.

Tais elementos são fundamentais para compreender os efeitos da crise em economias em desenvolvimento como é o caso dos países da América Latina, que implicaram em mudanças de estratégias e integração econômica, com repercussões políticas e sociais.

As medidas imediatas como tentativa de reversão da crise implicaram na ação de socorro do Estado ao capital financeiro, a partir de medidas de injeção de liquidez e pacotes de resgate financeiro sustentados por recursos públicos. (SAMPAIO JR., 2017)

Na era da hegemonia neoliberal o Estado revelou-se máximo para o capital e mínimo para os/as trabalhadores/as. A classe trabalhadora diante de políticas de austeridade tem enfrentado a retirada de direitos e de investimentos nas áreas sociais, cada vez mais mercantilizadas, se colocado em oposição a busca do controle total das grandes corporações sobre o Estado, além da intensificação do processo de exploração do trabalho. A extração de mais-valia que se ocorre sob novas formas de acumulação, num momento de avanço tecnológico e de uma nova revolução técnico-informacional, denominada de Quarta Revolução Industrial.

Segundo Antunes (2020b) a consequência mais importante da Indústria 4.0 será o aumento do trabalho morto em substituição ao trabalho vivo nas plantas industriais e tecnológicas mais avançadas, em especial no Norte global, com o incremento de modernas ferramentas de robotização e automação, comandadas por sistemas informacionais e digitais. Em contrapartida, como o capital não se reproduz sem trabalho humano “um conjunto expressivo de trabalhos manuais deve se expandir globalmente e, em particular, no hemisfério Sul” (ANTUNES, 2020b, p. 14).

Eliminação de ocupações no mundo do trabalho pelo advento das novas tecnologias, desemprego e superexploração do trabalho são desdobramentos das medidas adotadas pelo capital na

⁵ PAINCEIRA, Juan; SALUDJAN, Alexis. *Latin American International Integration and global financial crisis. In: Capital Movements and Corporations Dominance in Latin America: Reduced Growth and Increased Instability*, ed. Edward Elgar, coord. Noemi Levy, Jorge Bustamente, L-P Rochon; 2021; (no prelo).

reorganização da economia, reorganizando a economia, numa tentativa de estabelecer novos padrões de acumulação. Não é mera coincidência que a quarta revolução industrial tenha surgido na década posterior a grande crise de 2008. Para Antunes (2020b) o contexto criado pela Indústria 4.0 foi o da expansão acelerada da automatização e robotização, com o controle digital de toda a logística empresarial. Avançando, dessa forma, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que implica em mudanças rápidas e significativas nas ocupações e nos empregos, com uma reconfiguração da morfologia do trabalho em escala global. O que implica na adoção de políticas por parte do Estado, em sua forma hegemônica neoliberal, que aprofundam a extração de mais-valia:

[...] tais políticas não apontam sequer para uma nova fase virtuosa de crescimento econômico (que, por si, não melhoraria as condições de existência da classe trabalhadora, ao contrário do que pensam apologetas do capital à direita e à “esquerda”), mas apenas para a expansão brutal da exploração e da espoliação, assim como para o aprofundamento de formas genocidas de afirmação da dominação burguesa, que já vigoram há tempos (CARCANHOLO, MIRANDA, 2020, pg. 3)⁶.

No caso brasileiro, a década de 2010 foi emblemática no que diz respeito ao aprofundamento da crise em suas dimensões econômica, social, política e institucional. O início da década foi marcada pelas medidas anticíclicas, adotadas ao final do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em resposta a crise financeira global de 2007/08, que geraram uma reversão no curto prazo dos efeitos mais profundos da crise, com imediata repercussão no ano de 2010 com crescimento de 7,5%, após o PIB ter sofrido uma retração de 0,2% em 2009.

Porém, o cenário internacional favorável que vigorou durante boa parte dos dois mandatos de Lula, que permitiram um “período atípico de acumulação capitalista brasileira, configurando um jogo de ganha-ganha” (PINTO et. al., 2016, p. 16), conciliando crescimento econômico com distribuição de renda, chegou ao seu limite nos governos de Dilma Rousseff.

Se no início do seu primeiro mandato, Dilma tentou implementar um conjunto de políticas econômicas denominadas por Singer (2016) como “ensaio desenvolvimentista”, baseadas na redução dos juros, no uso intensivo do BNDES, na aposta pela reindustrialização, em desonerações e planos para infraestrutura e reforma do setor elétrico, o final do período ela já se encontrava em meio a uma crise econômica e política, com cenário de estagnação econômica e o início da operação Lava jato em 2014. O cenário internacional já não era mais favorável, com o choque de austeridade em países como Espanha, Portugal, Grécia e Itália na zona do Euro e a contração econômica da China, a economia mundial entra em declínio. Internamente a luta de classes se agudizou, as frações do capital financeiro passaram a tensionar o governo devido a queda na taxa de juros para 7,5 em abril de 2013,

⁶ CARCANHOLO, M. D; MIRANDA, F. (2020). As “saídas” do capital para a crise do capital (ou, o que devemos enfrentar). Mimeo.

a mais baixa até então, desde a criação da SELIC em 1986, ao mesmo tempo que o deslocamento da burguesia industrial da chamada coalizão produtivista para a rentista, ruía as bases de sustentação do governo do PT junto as classes dominantes (SINGER, 2016).

Por outro lado, a insatisfação também se manifestava entre setores da classe trabalhadora e da classe média, com a eclosão de greves em 2012⁷ e das jornadas de junho de 2013, com manifestações de massa difusas, que reivindicavam do passe livre, a mais investimentos para saúde e educação, passando por críticas a corrupção e a realização dos megaeventos no país. Era a implosão da política de conciliação de classes.

Após uma vitória apertada nas eleições presidenciais de 2014, o início do segundo mandato de Dilma Rousseff foi marcado por intensa crise econômica e política. Que se desdobraram na acentuada queda do PIB, no aumento acelerado do desemprego e na adoção de uma política de austeridade por parte do governo, com a implementação do chamado ajuste fiscal, implicando em cortes substanciais em investimentos sociais. O governo Dilma também sinalizou para a realização de reformas como a previdenciária e trabalhista, numa tentativa de reconquistar a confiança do mercado. Contudo, a crise de estrutural desencadeada após 2015 rompeu com as possibilidades de uma continuidade do pacto de conciliação de classes que sustentou política e economicamente o ciclo de governos petistas, impossibilitando a manutenção do acordo que viabilizou os governos petistas, respaldado na famosa “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002.

Com o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, o cenário de avanço do capital sobre o estado acentuou-se, com medidas que buscavam destravar a acumulação através da realização de reformas de cunho neoliberal, como a trabalhista, da previdência e o teto de gastos, além de ajustes sobre a remuneração do trabalho e dos investimentos do Estado nas áreas sociais, repassando para a classe trabalhadora os custos da crise (PINTO et al., 2019).

Durante a década de 2010 o país vivenciou uma grave crise econômica, superando negativamente o cenário vivenciado durante os anos 1980, que apresentou um crescimento econômico em média de 1,6% ao ano, enquanto na última década foi de apenas 1,3% ao ano. Contudo o PIB é apenas uma expressão dos efeitos da crise econômica no país. Que veio acompanhada de alta do desemprego e na redução da renda dos trabalhadores que segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2021, caiu para R\$ 2,213 em 2020, menor patamar desde 2012, quando a renda média era de R\$ 2.250 (IBGE/2021). Acompanhado por uma profunda mudança na oferta de empregos, diante das inovações tecnológicas da denominada quarta revolução industrial, em que a plataformação do trabalho é a característica mais evidente.

⁷ Balanço das greves em 2012 (DIEESE). Disponível em:
< <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2022.

A crise estrutural teve suas repercussões em todos os segmentos da economia, implicando no rearranjo dos padrões de acumulação capitalista no Brasil. No que diz respeito aos direitos sociais, a agenda de avanço das privatizações e mercantilização avançou sobre eles, através do aprofundamento de políticas de austeridade:

Esse procedimento procurou evitar uma enorme destruição de capitais de todos os tipos (a começar pelos especulativos), mas aprofundou a exploração das classes trabalhadoras. Deslocou os recursos públicos para salvar grandes empresas e bancos, mas deixou a dívida pública a ser cobrada das massas de trabalhadores, que viveram nas últimas décadas uma exploração das formas precarizadas de trabalho e eliminação de direitos. O resultado é que as condições geradoras da crise continuaram intactas – superprodução de capitais, o que tende a reduzir a lucratividade média de todos eles, e intensificação das condições de precarização das massas trabalhadoras. (FONTES, 2020, p. 335)

Compreender este cenário nos permite articular as relações entre a crise estrutural do capitalismo brasileiro, com as mudanças no mundo trabalho e suas implicações nas políticas educacionais, em particular de educação profissional e tecnológica, enquanto modalidade educacional que se articula de forma mais direta com o trabalho.

Reformas na educação brasileira: neoliberalismo e conservadorismo na crise estrutural capitalista

A adoção de medidas neoliberais na educação não é uma novidade no Brasil. As reformas neoliberais ganharam espaço no país a partir da década de 1990, inicialmente no governo de Collor de Mello (1990/92), posteriormente aprofundadas por Itamar Franco (1992/94) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-96). Segundo Saviani (2019), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, expressou a hegemonia da concepção liberal na educação brasileira, então sob forte influência da gestão de centro-direita de FHC. Durante a gestão tucana avançaram políticas de privatização, expressas nas parcerias público-privadas, na maior presença e influência de setores empresariais e do terceiro setor na elaboração de políticas públicas e na redução do papel do Estado no financiamento e gestão da educação pública.

Tal processo não ocorreu desarticulado da acumulação e reprodução capitalista no país. A mercantilização da educação possibilita espaços para reprodução do capital, o avanço de monopólios e na financeirização da área, a partir da concentração e centralização de fundos que drenam recursos públicos para o sistema financeiro. Avança a industrialização da educação, sustentada no endividamento dos/as estudantes, constituindo modalidades massivas de extração de mais-valor, além de ser um espaço central na formação e reprodução da força de trabalho e de influência ideológica na sociedade (FONTES, 2020),

Para el capital financiero la educación mundial representa el último gran mercado, un fabuloso tesoro y éste es un “saculento pastel” al que no está dispuesto a renunciar. Surge así la “Global Education Industry”, que no solo tiene que ver con la privatización de la educación sino con la concepción neoliberal de que la educación es el medio clave para el desarrollo de la competitividad y el éxito individual y, por lo tanto, los gobiernos, las escuelas y universidades, las familias y los propios estudiantes están cada vez más dispuestos a invertir su dinero en educación y en productos y servicios relacionados con la educación orientados a mejorar los resultados de los estudiantes. (DÍEZ-GUTIÉRREZ, 2020, p. 21)

Durante os governos petistas houve uma certa inflexão nesta política, contudo sem romper com as bases fundamentais da concepção de educação neoliberal no país. Segundo Araújo e Caldas (2017) diferentemente dos governos FHC que foram marcados pela liberalização econômica, “nos governos petistas houve um pequeno aumento da regulação, combinados à transferência de recursos financeiros para instituições privadas, inclusive as com fins lucrativos” (CALDAS; ARAÚJO, 2017, p. 231).

As políticas de conciliação de classes do período petista também se expressaram no campo da educação. Políticas públicas que resultaram em maior investimento do Estado na educação pública, como a criação do Fundeb, dos Institutos Federais, da expansão das Universidade Federais e da criação do Piso Salarial Nacional dos Professores ocorreram de forma concomitante ao repasse de recursos públicos para a iniciativa privada, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), além da manutenção e fortalecimento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). No período também foi consolidada uma política de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, incorporada no Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, o que reforça que o atendimento ao setor privado, através de subsídios e isenções fiscais foram plataformas das políticas educacionais nas gestões petistas (ARAÚJO; CALDAS, 2017).

Tais políticas não ocorrem descoladas do contexto da luta de classes no país e do ponto de vista da influência dos setores empresariais na educação e ampliação da mercantilização e financeirização da área, que disputam os rumos das políticas públicas e do orçamento público:

A análise do bloco no poder precisa considerar a ação direta do capital. As organizações empresariais controlam grande parte da educação superior mercantil, notadamente pela ação dos fundos de investimentos, que têm promovido agressiva política de aquisições, conformando forte monopolização do setor. Esse segmento atua, igualmente, nas escolas de educação básica particulares, principalmente para o público de maior renda. Ademais, os fundos têm promovido aquisições dos grupos editoriais e, cada vez mais, estão propagando cartilhas e manuais diretamente nas escolas, abrangendo dezenas de milhares de unidades. Alcançam, assim, o chão da escola, influenciando o teor das aulas e o que é dado a pensar pelas crianças e jovens. Como esses grupos possuem capital aberto e têm ações na bolsa de valores, a educação passa a estar inserida na dinâmica de tempo de rotação do capital característico da bolsa de valores. (LEHER, 2019, p. 8-9)

Com a crise da política de conciliação de classes e do modelo neodesenvolvimentista no país, desdobramento da crise estrutural após 2015, o avanço da agenda empresarial na educação ganhou novo impulso. Seja com a adoção de medidas de austeridade, como os cortes orçamentários de 2015 e 2016, seja com as reformas adotadas após o Golpe de 2016, como o teto de gastos (Emenda Constitucional 95), com a reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017) e a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), durante o governo de Michel Temer.

Após o Golpe de 2016 a influência do que Fontes (2020) define como aparelhos privados de hegemonia empresariais na formulação e planejamento das políticas públicas educacionais se aprofundou. Uma das pautas centrais e prioritárias no início do Governo de Michel Temer, foi a Reforma do Ensino Médio, através da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016 e que transformada em Lei em fevereiro de 2017, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientando para a criação do “Novo Ensino Médio” que após o prazo de adaptação, está sendo implementado nas redes públicas estaduais.

Os monopólios capitalistas da educação ganharam ainda mais força no debate e no direcionamento das políticas educacionais, compondo uma imensa rede de entidades privadas que elaboram projetos educacionais articulados as demandas do capital e do bloco no poder:

Entre os centros de pensamento educacionais organicamente vinculados ao bloco no poder, é possível listar coalizões como: TPE; Movimento Brasil Competitivo; fundações corporativas, como Fundação Lemann, Unibanco, Itaú e Bradesco; entidades sindicais patronais, como Confederação Nacional da Indústria, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e congêneres, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Associação Brasileira do Agronegócio; diversos *think tanks*, como Casa das Garças, Millenium, Diálogo Interamericano, assim como meios de comunicação — Grupo Globo (incluindo Valor), Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, revista Exame. Ademais, existem grupos de poder vinculados aos próprios negócios educacionais, como Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior, Federação Nacional das Escolas Particulares e Associação Nacional das Universidades Particulares (LEHER, 2019, p. 8)

No cenário de desagregação da classe trabalhadora e de suas entidades representativas, como sindicatos e partidos políticos, os setores dominantes ligados ao capital buscam saídas da crise estrutural aprofundando a exploração do trabalho e buscando manter a extração da mais-valia, avançando sobre direitos sociais e trabalhistas, sob o marco de políticas neoliberais na condução do Estado. Segundo Freitas (2018) o neoliberalismo aponta para a sociedade de livre mercado como produtora de uma lógica de avanço social com qualidade, reduzindo a ineficiência através da concorrência capitalista, concepção que deve se estender para todas as atividades desenvolvidas pelo Estado, dentre elas a educação, expressão do interesse do capital nos rumos da educação pública.

O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendimento” que expressa o “empreendedorismo” dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade

peçoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a “empresa” (FREITAS, 2018, p. 31).

Outro aspecto importante nos debates sobre a educação pública durante a década de 2010, foi o avanço do conservadorismo através de grupos como o Movimento Escola Sem Partido (MESP) e Movimento Brasil Livre (MBL) ganhou força uma ideologia reacionária e autoritária que se propôs a exercer um controle ideológico das escolas, visando combater o que denominam de doutrinação e “marxismo cultural”. Os movimentos conservadores articularam-se estrategicamente a agenda neoliberal, ao combinarem suas propostas de uma escola “neutra e sem ideologias”, de esvaziamento dos currículos com a estratégia de otimização e formação técnica para o atendimento das demandas do mercado, pautado pelo setor empresarial.

Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital. (FRIGOTTO, 2017, p. 29)

No âmbito do ensino profissional tecnológico as mudanças provenientes das reformas empresariais na educação aprofundadas após 2016 através do novo ensino médio, da BNCC e do Programa Novos Caminhos assentam-se isso sobre as bases de viés tecnicista e utilitarista, retomando a concepção baseada na Teoria do Capital Humano, elaborada por Theodore Schultz (1962), nos anos 1960, esvaziando o conteúdo integrador dos currículos e priorizando a submissão da formação aos interesses do mercado e do setor produtivo.

Reformas desarticulam as bases das concepções do ensino integrado na educação profissional e tecnológica, instituídas a partir do Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004, estabelecido na primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de pressões e demandas de educadores e de movimentos sociais da educação, estabelecendo uma ruptura as concepções predominantes na década de 1990, que separava a formação geral da formação técnica, formalizada no Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997, durante o governo FHC (SILVA; SOUZA; SILVA, 2020).

O recrudescimento da agenda neoliberal e empresarial na educação, após 2016, ocorre associada a mudanças significativas no mundo do trabalho no país. Num cenário de avanço da precarização do trabalho, desemprego em massa, perda de direitos e superexploração do trabalho, coloca-se uma formação cada vez mais rebaixada, projetando trabalhadores subqualificados para o mundo do trabalho.

No Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as

condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, o que até recentemente era saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho on-line que felicitava os novos “empreendedores”. Sem falar da enormidade do desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho. (ANTUNES, 2020a, p. 8-9)

A novidade do governo Bolsonaro na educação foi a articulação da agenda liberal a uma ofensiva conservadora, autoritária e de guerra cultural como políticas de Estado. Durante a década de 2010 movimentos como Escola Sem Partido⁸ ganharam força junto à sociedade e muitas de suas pautas foram incorporadas no atual governo. Por outro lado, a agenda neoliberal na educação brasileira não é novidade, se fazendo presente desde a década de 1990, com o avanço da influência empresarial na agenda educacional.

Novos caminhos ou velhas concepções de educação profissional?

O programa Novos Caminhos foi lançado em outubro de 2019 pelo Ministério da Educação, sob a gestão de Abraham Weintraub e com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)⁹ sob o comando de Ariosto Antunes Culau, a política para educação profissional e tecnológica foi formalizada e articulada a partir de três eixos: a) gestão e resultados; b) articulação e fortalecimento e c) inovação e empreendedorismo. O programa é destinado para a educação profissional e tecnológica e tem como objetivo central o de gerar mais oportunidades, emprego, renda e novas tecnologias. Um dos principais propósitos do Novos Caminhos é o de ampliar em 80% o

⁸ O Movimento Escola Sem Partido (MESP) foi criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib. O movimento teve pouca relevância no cenário nacional até o ano de 2014, quando o vereador da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro e o então deputado estadual, Flávio Bolsonaro apresentaram projetos de lei “contra a doutrinação ideológica nas escolas”. Inspirado na ideologia conservadora de combate a propagação do que denominam por “ideologia de gênero” e “doutrinação comunista nas escolas”. Com o avanço da onda conservadora no país, o MESP ganhou adeptos e passou a inspirar ações de perseguição a educadores por todo o país. De forma surpreendente o movimento foi extinto em 2019, ano da ascensão de Jair Bolsonaro a Presidência da República.

⁹ A SETEC é o órgão do MEC responsável pela formulação, coordenação, implementação e avaliação das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Durante o governo Bolsonaro a pasta foi ocupada por quatro secretários. O primeiro foi Alessandro Ferreira de Souza, (entre 01/01/2019 - 09/04/2019), indicado por Véliz Rodriguez, era professor da rede pública do Espírito Santo, sendo um ex-aluno do então ministro, cumpria um papel ideológico na secretaria, associado a ideologia olavista e conservadora. Com a posse de Weintraub, em abril de 2019, a pasta passou a ser ocupada por Ariosto Antunes Culau, servidor público lotado no Ministério da Economia, Antes de ir para o MEC, era secretário de Gestão Corporativa do Ministério da Economia, com um perfil mais “técnico”. O terceiro secretário foi Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos É servidor público federal de carreira desde 2003, tendo atuado em diversos órgãos do Poder Executivo Federal, e ocupava o cargo de assessor especial do Ministério da Educação (MEC), antes de assumir a SETEC. E o atual secretário é Tomás Dias Sant’Ana, Secretário Adjunto da Secretaria de Educação Superior – SESU, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – DDR na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e Coordenador-Geral de Expansão e Gestão das Instituições Federais de Ensino na Secretaria de Educação Superior – SESU, ambos no Ministério da Educação – MEC. É professor da Universidade Federal de Lavras – UFLA e está cursando Doutorado em Administração pela Universidade de Brasília – UnB.

número de matrículas de 1,9 milhões para 3,4 milhões até 2023, o que está em articulação direta com a nova estrutura curricular do ensino médio brasileiro.

O governo Bolsonaro é considerado por muitos críticos por não ter um projeto para educação no país, e muito menos para a educação profissional e tecnológica. Mas quando analisado o programa de governo apresentado nas eleições de 2018 e as ações articuladas pelo MEC e pela SETEC é possível identificar as bases de um projeto que articula a agenda neoliberal, autoritária e conservadora para a educação brasileira.

Em seu programa eleitoral “O caminho da prosperidade” apresentado nas eleições de 2018, a chapa do então candidato Jair Bolsonaro, sinalizava que a educação seria uma das prioridades de seu futuro governo. O documento elaborado numa forma de apresentação de slides, pobre em conteúdo e projetos, limitava-se a apresentar linhas de ação para a área de forma muito genérica e superficial, com propostas que teriam como foco a “eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.” (PSL, 2018, p. 22).

A prioridade das etapas básicas da educação articula-se com os projetos de educação propostos por agências internacionais, como o Banco Mundial, que na qual o ensino superior é relegado aos cuidados do mercado, numa política antiuniversitária, retomando princípios da década de 1980 na qual “uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental “minimalista” e à formação profissional “aligeirada”. (LEHER, 1999).

A visão gerencial e tecnicista permeia as formulações do governo Bolsonaro sobre a educação, combinada a pauta de combate a doutrinação nas escolas e universidades. Há uma aliança entre uma visão tecnicista da educação (empreendedora) e o conservadorismo, focado na agenda de costumes e no enfrentamento ao que denominam como “marxismo cultural”.

No programa de governo o diagnóstico da educação brasileira é apresentado de forma superficial, sem contextualização de dados, apontando apenas para um cenário de “péssimo desempenho educacional”. Como soluções são apontados exemplos a serem seguidos de países como Japão, Taiwan e Coréia do Sul, que contariam com estratégias educacionais de referência, com foco no papel da educação como uma chave no desenvolvimento econômico e social, numa atualização da Teoria do Capital Humano. Sobre a educação profissional e tecnológica, o programa de governo versava sobre o enfoque nas áreas exatas e no ensino básico e técnico, reforçando novamente o combate a doutrinação:

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico. Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação (PSL, 2018, p. 46)

A visão autoritária de imposição de disciplina dentro das escolas encontra-se articulada com o objetivo de fomento ao empreendedorismo, “para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa”. (PSL, 2018, p. 80). A ênfase na educação à distância também aparece no documento, elemento que se articula a agenda empresarial e bases da denominada Educação 4.0, revelando novamente as articulações do programa do governo Bolsonaro, com a agenda neoliberal.

Estados Unidos, Israel, Taiwan, Coréia do Sul e Japão incentivam estratégias descentralizadas. Criam-se “hubs” tecnológicos onde jovens pesquisadores e cientistas das universidades locais são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos. Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil. (PSL, 2018, p. 48)

A partir das diretrizes lançadas no programa de governo o MEC durante o governo Bolsonaro tem levado adiante a agenda empresarial na educação, que na área da educação profissional e tecnológica está expressa na elaboração do Programa Novos Caminhos, em articulação direta com as reformas empresariais aprofundadas após o golpe de 2016.

O Programa Novos Caminhos aponta a educação profissional e tecnológica como uma modalidade de ensino estratégico para o país, relacionando-a a possibilidades de inserção socioproductiva de milhões de brasileiros, com objetivo de incrementar a produtividade e a competitividade nacional, devendo “estar articulada à política de geração de emprego e renda e alinhada às demandas do setor produtivo.” (MEC, 2019, s.p). A orientação da formação subsumida ao mercado é um dos pontos centrais da política.

O Programa constitui-se a partir de três eixos estratégicos: a) Gestão e resultados, b) Articulação e fortalecimento e c) Inovação e empreendedorismo.

O primeiro de Gestão e Resultados, sinaliza para três grandes movimentos de reformulação nesta área. Primeiramente, a atualização do catálogo nacional de cursos técnicos (CNTC), referencial normativo sobre os perfis profissionais, que orienta as redes, sistemas, educadores, estudantes, e sociedade em geral, que tem por objetivo garantir a oferta de cursos alinhados as demandas socioeconômicas, arranjos produtivos locais e inovações tecnológicas. A atualização da última versão produzida em 2014 já ocorre em alinhamento com as diretrizes do novo ensino médio (Lei nº 13.415/2017), mas vai além pois articula-se de forma direta com as transformações no mundo do trabalho verificadas no Brasil, durante os anos 2010. Um movimento articulado com as novas configurações e desdobramentos sobre a oferta de emprego no contexto da Quarta Revolução Industrial. Em 2020, com a Resolução CNE/CEB nº 2/2020, entrou o vigor o novo CNTC, com uma nova orientação sobre os cursos profissionalizantes ofertados no país.

O segundo movimento foi o estabelecimento da Nova regulamentação da oferta de curso técnicos por Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES). O governo Bolsonaro preocupou-se em regularizar uma das últimas ações produzidas no governo Dilma, que em 10 maio de 2016 estabeleceu que todas as instituições privadas de ensino superior podem ofertar cursos técnicos. Com o Programa Novos Caminhos o MEC regularizou a oferta de cursos técnicos pelas IPES, ampliando a oferta de cursos técnicos profissionalizantes pela iniciativa privada, contemplando mais uma demanda empresarial na educação.

E como terceira ação, o MEC regularizou os diplomas emitidos pelas IPES desde 2016, contemplando os alunos que não haviam recebido seus certificados por problemas na ausência de regulação e de funcionalidade no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

O segundo eixo estratégico do Programa Novos Caminhos é o de Articulação e fortalecimento. No qual é priorizada a formação de professores e demais profissionais da EPT, com objetivo de preparar os/as trabalhadores/as em educação para a implementação do itinerário formativo técnico e profissional presente no Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), o MEC e a SETEC comprometem-se em ampliar as vagas e matrículas para a formação de professores, e o Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica (IFs) comprometem-se a ofertar cursos de licenciatura e formação continuada para professores da educação básica, nas áreas de Matemática e Ciências Exatas, sem contemplar às áreas de humanidades.

Outro propósito é o de fomentar e ampliar o acesso à formação técnica e profissional para jovens e adultos, com a ampliação da participação da iniciativa privada, já que a Portaria nº 1720, de 08 de outubro de 2019, prevê novidades como a execução indireta de oferta e a prática de preços flexíveis, abaixo do parâmetro hora-aula até então praticado. Ou seja, a execução e a oferta de vagas podem ser realizadas pela iniciativa privada (via parceria ou licitação), não ficando restrita ao Distrito Federal, Estados e Municípios. A política de ampliação da formação profissional “reforça a obrigatoriedade da oferta alinhada às demandas do setor produtivo (criado um mapa de demanda, com realidades de cada estado, como principal ferramenta de oferta dos cursos).”

E o terceiro e último eixo pauta a questão da Inovação e empreendedorismo, um dos pilares da política neoliberal e empresarial na educação. O primeiro objetivo do programa é ampliar os polos de inovação em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), propondo uma maior articulação com as demandas do mercado e do mundo do trabalho.

Desdobramento da política a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica já conta com treze Polos de Inovação credenciados, que buscam atuar em conformidade com o potencial econômico regional. Institutos Federais do Amazonas, de Goiás, do Triângulo Mineiro e de São Paulo são alguns exemplos da implementação dos polos de inovação, que estabelece uma nova

estrutura organizacional para instituições contempladas no edital da Embrapii, com a criação de cargos de CD e FG para quem adere.

E por fim, o eixo de Inovação e empreendedorismo prevê o fomento de projetos com o aporte de R\$ 30 milhões para 135 projetos da Rede Federal, contemplando temas como empreendedorismo inovador, iniciação tecnológica no mundo digital e ampliação de novas metodologias educacionais baseadas nas Oficinas 4.0, articulado ao conceito de Educação 4.0.

Os objetivos são os de articular a pesquisa ao empreendedorismo, à inovação tecnológica, e a formação de recursos humanos com o objetivo de fortalecer a capacidade inovadora das empresas no país, numa clara articulação dos princípios de capital humano. Uma concepção de formação profissional totalmente subsumida pelo mercado; no qual a participação cidadã se resume a atuar nas comunidades com inovação e criatividade.

Esse fetiche pela inovação e pelo empreendedorismo esconde as reais intenções do Programa Novos Caminhos, que é formar força de trabalho, em curto tempo e espaço, para preencher às vagas precarizadas ofertadas pelos empregadores. Ano após ano, os currículos de formação têm abarcado esses conceitos advindos de uma lógica neoliberal. (PREVITALI et. al., 2021, p. 312)

Em setembro de 2021, na gestão de Milton Ribeiro, durante a realização da primeira semana de educação profissional e tecnológica (estabelecida a partir do dia nacional da educação profissional e tecnológica no governo Bolsonaro - por meio da Lei nº 14.139, de 16 de abril de 2021), foi anunciado um pacote de 14 ações que tem por objetivo proporcionar “a ampliação de matrículas, por meio do aumento da oferta de cursos, a formação técnica de jovens, adultos e profissionais da educação e o fomento a ações de inovação e empreendedorismo” (MEC, 2019, s.p.), alinhadas com os setores produtivos.

Considerações finais

O Programa Novos Caminhos, elaborado como política pública do governo Bolsonaro para a educação profissional e tecnológica, apresenta uma lógica que responde ao programa neoliberal na educação, pois amplia espaços para a iniciativa privada, e articula-se diretamente com a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular, elaboradas e implementadas durante o Governo Temer, após o Golpe de 2016.

O avanço da influência dos aparelhos hegemônicos na educação articula-se diretamente com o contexto de crise estrutural, na busca da ampliação das formas de acumulação capitalista e suas relações com a reestruturação do mundo do trabalho, verificado no processo de plataformização, desemprego e informalidade que tem transformado a configuração da classe trabalhadora.

O Programa Novos Caminhos também se articula a pauta conservadora, ao sinalizar para uma visão tecnicista de educação, orientada pelo mercado de trabalho. O que implica em uma formação voltada para áreas técnicas, contrapondo-se às concepções de educação integral, reduzindo o espaço para reflexão, acentuando uma formação unilateral e numa visão instrumental da cidadania.

A agenda do governo Bolsonaro para a educação revisita as teorias do capital humano, retomando o programa do Banco Mundial, antiuniversitário e contra a educação integral, numa lógica de submissão da educação profissional ao mercado e ao mundo produtivo, articulando neoliberalismo e conservadorismo. O Programa Novos Caminhos atende a agenda do bloco no poder, seja na formação cada vez mais rebaixada de trabalhadores/as para um mundo do trabalho precarizado, seja para atender as demandas do setor privado, por romper novas fronteiras que permitem o avanço da mercantilização de direitos sociais, atendendo o processo de acumulação capitalista, também no setor educacional.

Referências

- ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020a.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- CALDAS, A.; ARAÚJO, L. Na educação, avanços e limites. *Cinco mil dias: o Brasil na era do Lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 229–240.
- DÍEZ-GUTIÉRREZ, E. J. O assalto do capital financeiro à educação pública. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 19-29, 21 abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/33974>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- EVELIN, G. O encontro de Paulo Guedes com a política. O Globo. 03 dez. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/analise-encontro-de-paulo-guedes-com-politica-23278049>> Acesso em 22 fev. 2022.
- FONTES, V. M. G. M. Crise do capital, financeirização e educação. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 328-347, 21 abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36453>>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- FREITAS, L.C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, GAUDÊNCIO (Org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEHER, R. Apontamentos para análise da correlação de forças na educação brasileira: em prol da frente democrática. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 40, p. 1-18, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019219831>. Acesso em 20 fev. 2022.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*. ed. 3, dez, 1999. p. 19-30. Disponível em: <[out3#04 \(outubrorevista.com.br\)](mailto:out3#04@outubrorevista.com.br)> Acesso em 22 fev. 2022.

MEC. Novos Caminhos, 2019. Página inicial. Disponível em: <[Novos Caminhos - Página Inicial \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br)>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL). O Caminho da Prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf> Acesso em 18 fev. 2022.

PINTO, E. C.; GUEDES PINTO, J. P.; BARUCO, G.; SALUDJIAN, A.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; NOGUEIRA, I.; A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, 2019, p. 107–147. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0003-0617-1073>>.

PINTO, E. C.; GUEDES PINTO, J. P.; BARUCO, G.; SALUDJIAN, A.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; NOGUEIRA, I. “A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise” In: XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2016.

POULANTZAS, N. Bloco no poder, hegemonia e periodização de uma formação: as análises políticas de Marx. In: SILVEIRA, Paulo (org.). *Poulantzas: sociologia*. São Paulo, Ática, 1984.

PREVITALI, F. S.; LOPES, Q. V.; SANTOS, A. C. O.; SILVA, M. S. Novos Caminhos: implicações e desdobramentos do programa implantado pelo governo Jair Bolsonaro. *Conjecturas, [S. l.]*, v. 21, n. 3, p. 305–314, 2021. DOI: 10.53660/CONJ-137-212. Disponível em: <<http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/137>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SAMPAIO JR., P. A. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: SG - Amarante, 2017.

SAVIANI, D. *A lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas*. 13ª ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SCHULTZ, T. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

SILVA, E. C.; SOUZA, F. C. S.; SILVA, F. V. Programa Novos Caminhos: a dualidade assumida? *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, Rio Branco, v. 7, n. 3, p. 271–292, 2020. Disponível em: <[Vista do v. 7 n. Supl 3 \(2020\): Dossiê em Educação \(ufac.br\)](#)> Acesso em 20 fev. 2022.

SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.